

**Parecer nº 153/99**

Data: 1999.09.22

Processo nº 703

**Requerente:** Governador Civil de Viana do Castelo

**I - O pedido**

O Governador Civil de Viana do Castelo vem solicitar a emissão de parecer da CADA, apresentando os seguintes factos:

1. Em Agosto de 1999 o Governo Civil encerrou um estabelecimento - "Loukuras Bar", em Ponte de Lima - como medida de polícia prevista no artigo 48º do DL 316/95, de 28/11;
2. O advogado constituído pelo legal representante do estabelecimento veio requerer «algumas peças do processo»;
3. Surgiram dúvidas sobre o fornecimento de cópias de ofícios «subscritos por cidadãos que se indignaram com as circunstâncias em que funciona o citado estabelecimento»;
4. Essas queixas levaram à realização de um «estudo acústico» pedido à Direcção Regional do Ambiente do Norte que confirmou «a falta de insonorização daquele bar, principal fundamento das queixas»;
5. O Governo civil teme «que os queixosos possam vir a ser incomodados pelo facto de terem exposto as suas queixas às entidades que entendiam ter a obrigação de intervir no caso em apreço», razão pela qual pretende saber se deve fornecer aqueles documentos;

6. Foram enviados os documentos em causa:

- Um parecer jurídico emitido por advogado que equacionava as soluções possíveis para o caso concreto.
- Duas exposições apresentadas por moradores do prédio onde funciona o bar, no qual reclamavam do barulho no referido bar;
- Uma participação de agente da PSP;
- Uma exposição da Associação de Pais da Escola Secundária de Ponte de Lima.

## **II - Apreciação dos factos**

Estamos perante documentos administrativos em poder da Administração que serviram de base ao procedimento administrativo que culminou com o encerramento do "Loukuras Bar".

Estes documentos, apesar de darem conta das preocupações dos particulares em relação ao ruído e descreverem a sua posição em relação ao funcionamento do estabelecimento, não contêm dados nominativos na aceção das disposições combinadas do artigo 4º nº 1 alínea b) e c) da Lei 65/93, de 26 de Agosto.

Tendo em conta o disposto no artigo 7º nº 1 da Lei nº 65/93 - e desde que os documentos tenham sido pedidos nos termos do artigo 13º do mesmo diploma - devem os mesmos ser facultados ao requerente uma vez que «todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo».

### **III – Parecer**

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo do artigo 15º nº 3 da Lei nº 65/93, de 26/8, na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho, emitir parecer favorável ao acesso aos documentos pedidos pelo requerente nos termos do artigo 13º da Lei 65/93.

Envie-se cópia do presente parecer ao requerente.

Lisboa, 22 de Setembro de 1999.

*Amadeu Guerra (Relator) – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Castro Martins (Presidente)*